

## Com quantos métodos se faz a Ciência Política?

*Mariele Troiano*

A medida que as instituições se transformam e permutam diferentes atores no processo político, as ferramentas metodológicas tendem a se ampliarem. Assim, o desenvolvimento das ferramentas metodológicas tem passado por um processo contínuo de aperfeiçoamento de acordo com o próprio desenvolvimento da Ciência Política e do seu objeto.

Essa atual fase de aprimoramento enquadra-se no que autor Maurice Duverger apresentou em seu livro *Os Partidos Políticos* (1970) como etapa de desenvolvimento da Ciência Política no século XX. Para o autor, foi após a Segunda Guerra Mundial que ocorreu a internacionalização dos estudos metodológicos e maior preocupação em sua aplicabilidade e eficácia. Esse processo se iniciou, de certo modo, nos Estados Unidos e aos poucos foi atingindo países como a França e o Reino Unido. No Brasil, o rigor metodológico como mote de pesquisa tem ganhado maior espaço a partir das últimas décadas e se tornado gradativamente um dos temas de maior produção entre os pesquisadores.

Pode-se considerar que o desenvolvimento da pesquisa também está relacionado à acessibilidade aos dados. Os órgãos públicos, que hospedam as maiores fontes de dados primários, têm modernizado as ferramentas de buscas e alimentado com maior frequência suas bases de informações. Além disso, a Lei Geral de Acesso à Informação de 2011 (Lei 12.527) colaborou para a desmistificação de que o acesso aos dados oficiais seria privilégio de poucos.

Associações de pesquisadores, universidades e grupos de trabalho preocupados com a temática também têm colaborado para sua expansão por meio do compartilhamento de bancos de dados já utilizados. Nesse quesito enquadram-se os bancos disponibilizados pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

(CEBRAP), Centro de Estudos e Cultura Contemporânea (CEDEC), Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP), entre outros de semelhante amplitude e importância. Vale ressaltar também a existência do Consórcio de Informações Sociais (CIS) que promove o intercâmbio de informações científicas, fornecendo dados qualitativos e quantitativos resultantes de pesquisas sobre vários aspectos da sociedade brasileira. Assim, a ciência avança na medida em que o acesso ao objeto também se amplia, favorecendo a divulgação e a publicação das pesquisas sobre métodos em Ciência Política.

Foi com esse propósito que a Revista Agenda Política reservou seu quarto dossiê para o tema “Metodologia e Desenho de Pesquisa em Ciência Política”. Esta seleção de artigos apresenta exemplos de trabalhos que atualmente têm sido produzidos pelos alunos de pós-graduação em Ciência Política. Esses trabalhos demonstram o esforço em atualizar modelos utilizados pela literatura internacional para estudar o fenômeno da política no Brasil, bem como avançar no aprimoramento e incorporação de novas variáveis explicativas.

Por se tratar de uma revista sobre a agenda de pesquisas na Ciência Política, o atual dossiê não apresenta artigos que se baseiam nas discussões de estatísticas, modelos formais e intervalos de confiança. O objetivo principal dessa seção temática foi apresentar análises de tradicionais métodos tais como estudos comparados e estudos de caso em uma nova amplitude de abordagens.

O trabalho que compõe a seção especial dessa edição é de autoria dos pesquisadores da Universidade de São Paulo: professora Lorena Barberia, Samuel Godoy, Danilo Barboza, Guilherme Duarte e José Radamés dos Anjos. O trabalho conjunto apresenta os resultados da aplicação de novo método no ensino de técnicas de pesquisa em Ciência Política para alunos de graduação na Universidade de São Paulo durante o ano de 2013. O modelo aplicado foi baseado na realização de atividades em substituição ao formato tradicional de aulas expositivas, trazendo impactos positivos para assimilação do conhecimento estudado.

Com o mesmo intuito, o primeiro texto do dossiê é do doutorando Bruno Pasquarelli por promover justamente uma análise crítica do processo de surgimento, formação e consolidação da política comparada. O texto remete de forma indireta ao processo de consolidação da Ciência Política no século XX

mediante estudos sobre instituições, do mesmo modo que foi se diferenciando de outras áreas das Ciências Sociais, tais como a Sociologia e a Antropologia que se debruçaram no século XIX na definição dos seus objetos de estudos baseados na alteridade e no estudo 'do outro'. Dessa forma, o artigo intitulado como "*Política Comparada: Tradições, métodos e estudos de caso*" apresenta também a discussão de clássicos estudos sobre o institucionalismo e suas principais vertentes, tais como os trabalhos dos autores Peter Hall e Rosemary Taylor (1996).

Um dos grandes estudiosos do sistema parlamentarista britânico, Lord Philip Norton, em seu texto *Parliaments: A framework for analysis* (1990), afirma que a aplicação do método comparado nos estudos sobre legislaturas é limitada em parte por conta da própria restrição do paradigma e em outra parte pela dificuldade em se fazer comparações de estruturas políticas tão distintas. Contudo, apesar das dificuldades enfrentadas no processo de definição de igualdades para a formatação de um patamar comparativo, os textos selecionados nesse dossiê, de certa forma, convergem para a conclusão de que o método comparado quando aplicado em estudos de caso, por exemplo, pode auxiliar de maneira positiva para a produção de fatores explicativos antes desconhecidos pela literatura.

Enquanto o autor Arend Lijphart (1971, p. 682) indaga que antes de qualquer medida precisamos questionar "porque devemos comparar", o pesquisador italiano Giovanni Sartori (1997) afirma que devemos questionar "o que é comparável". Em seu livro *A Política: Lógica e Método nas Ciências Sociais* (1997), Sartori ao apresentar pontos positivos e negativos do método comparado, expande a discussão para a importância da delimitação e importação dos conceitos utilizados nas pesquisas.

Essa preocupação também é um dos enfoques apresentados pelo mestrando Fernando Meirelles em seu artigo intitulado como "*Composição das Comissões Legislativas no Brasil: Problemas analíticos-metodológicos*". O autor apresenta uma frutífera discussão sobre uma temática clássica dos estudos sobre instituições políticas no Brasil, em especial, as relações entre os poderes Executivo e Legislativo. Embora existam muitos estudos que analisam o posicionamento de um poder Executivo forte atuando perante um poder legislativo fragmentado no atual sistema político, pouco tem sido discutido sobre a metodologia, em especial,

da composição de comissões permanentes do Congresso Nacional. O autor ressalta a problemática da importação de conceitos, bem como a aplicação de metodologias advindas de outras situações, tais como o sistema americano onde as comissões possuem poucos poderes políticos. Nesse ensejo, o autor propõe o modelo de análise multiníveis, que apara as arestas metodológicas à medida que aproxima os estudos sobre a arena legislativa e a organização partidária.

O terceiro texto que compõe esse dossiê é uma proposta de análise com base nos estudos de caso. O autor Josimar Gonçalves da Silva sustenta o argumento de que análise do discurso ao ser incorporada nos estudos sobre coligações partidárias obteria resultados mais estruturados no campo da Ciência Política. As análises qualitativas baseadas na aplicação de entrevistas e questionários permitem resultados mais próximos ao que atualmente motiva a realização de uma coligação eleitoral, mecanismo esse muito importante no sistema presidencialista de coalizão. Além disso, a proposta apresentada em seu artigo intitulado como *“Desafios Metodológicos nos estudos sobre coligações eleitorais: novos e velhos caminhos de uma agenda de pesquisa”* estrutura argumentos importantes para a compreensão dos resultados eleitorais.

Entrevistas em profundidade, bem como grupos focais são entendidos como um dos mais adequados nas pesquisas de comportamento eleitoral, especificamente quando visa à compreensão do comportamento do eleitor. As pesquisadoras Luciana Veiga e Sônia Gondim, no texto *“A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político”* afirmam que o uso conjunto desses métodos permite analisar não só o processo de formação de opinião e tomada de decisão individual, mas também o participante de grupos sociais sujeitos a múltiplas influências na formação e mudança de atitudes políticas (2001, p.3).

O próximo artigo é do mestrando Matheus Hebling, que problematiza a aplicação dos estudos de caso muitas vezes injustamente negligenciados e mal empregados nas pesquisas em Ciência Política. O autor argumenta que é por meio das delimitações do método que as generalizações se tornam possíveis, podendo trabalhos amostrais serem mais frutíferos ao campo científico que uma pesquisa que não se preocupa com os recortes metodológicos. Dessa forma, o trabalho

“*Estudo de Caso em Ciência Política*” apresenta vários desdobramentos dos estudos de casos, à medida que promove o argumento de que as generalizações só se tornam possíveis mediante plataformas sustentadas por teorias, reforçando a importância do domínio dos dois conhecimentos. Com esse enfoque, o autor faz uso do clássico trabalho de King, Keohane e Verba, *Designing Social Inquiry* (1994) que afirma que é a base teórica que possibilita a escolha de casos mais adequados para serem estudados profundamente.

Com o mesmo enfoque de enfatizar o método como importante fonte de criação de teorias, a mestranda Mércia Alves propõe a aplicação do estudo de caso para as análises sobre a profissionalização das campanhas dos partidos políticos. Tema altamente instigante à medida que em cada novo processo eleitoral essa característica se torna mais influente nos resultados eleitorais. O artigo “*Profissionalização das Campanhas Eleitorais: Metodologia de estudo*” apresenta uma relação de causalidade entre partidos políticos competitivos e profissionalização de suas lideranças. Sem dúvidas, o texto da pesquisadora encerra a seção do dossiê temático apresentando uma vasta agenda de pesquisas, incitando discussões sobre financiamento de campanha e representação política.

Assim, os textos selecionados cumprem com êxito o propósito dessa edição: apresentar uma agenda de pesquisa no campo da Ciência Política a partir da aplicação de tradicionais métodos em novas abordagens. De certo modo, o conjunto de textos selecionados contribui para o fortalecimento dessa exaustiva e necessária combinação entre teoria e método, na tentativa de sanar o que o autor Fábio Wanderley Reis, em seu clássico texto “*O Tabelão e a Lupa*” constatou: “um traço saliente da Ciência Política ensinada e produzida no país continua a ser, em minha opinião, o de suas deficiências no que diz respeito a teoria e metodologia” (1991, p. 27).

## Referências

DUVERGER, Maurice (1970) *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro, Zahar.

HALL, Peter A., TAYLOR, Rosemary, C. R. (1996) “Political Science and The Three New Institutionalisms”. *Political Studies*. v. 44, n. 5 pp. 936- 957. Disponível em:

[http://www.mpifg.de/pu/mpifg\\_dp/dp96-6.pdf](http://www.mpifg.de/pu/mpifg_dp/dp96-6.pdf). Acesso em 23 de novembro de 2014.

KING, Gary, KEOHANE, Robert O., VERBA, Sidney. (1994) *Designing Social Inquiry*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

LIJPHART, Arend (1971) “Comparative Politics and the Comparative Method”. *The American Political Science Review*, v. 65, n. 3 pp. 682-693. Disponível em: <http://dcpis.upf.edu/~raimundo-viejo/docencia/girona/Lijhardt.pdf>. Acesso em 23 de novembro de 2014.

NORTON, Philip (1990) “Parliaments: A framework of analysis”. *West European Politics*, v. 13, n. 3, pp. 1-9. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402389008424811?src=recsys#.VHjisL5XKOM>. Acesso em 23 de novembro de 2014.

REIS, Fábio. W. (1991) “O Tabelão e a Lupa: Teoria e método generalizante e idiografia no contexto brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 6, n. 16, pp. 27-42. Disponível em: [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=221:rbc-16&catid=69:rbc&Itemid=399](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=221:rbc-16&catid=69:rbc&Itemid=399). Acesso em 23 de novembro de 2014.

SARTORI, Giovanni (1997) Método Comparativo e Política Comparada. In *A política: lógica e método nas ciências sociais*. Brasília: Ed UNB, cap. 9, pp. 203-246.

VEIGA, Luciana; GONDIM, Sônia, M. G. (2001) “A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político”. *Opinião Pública*, Campinas, v.7, n.1, pp. 1-15. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762001000100001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762001000100001&script=sci_arttext). Acesso em 23 de novembro de 2014.